

A evolução da força de trabalho dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (2010-2022)¹

Leopoldo Mateus da Silva Ribeiro²

Orcid: 0000-0002-5067-5802

Resumo

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados pela Lei nº 11.892/2008, a partir da integração e/ou transformação de instituições já existentes. O objetivo deste trabalho é analisar como ocorreu a evolução da força de trabalho dos IFs, sob os prismas nacional e regional, diante de cenários fiscais tão variantes enfrentados pelo Brasil desde então. Foram tabulados dados disponíveis no Painel Estatístico de Pessoal, do Governo Federal, sobre o quantitativo de servidores, entre 2010 e 2022, dos 38 IFs criados pela referida lei, já que eles começaram a ser instalados durante 2009. Os dados foram analisados com base na literatura sobre a história fiscal recente e sobre o desenvolvimento dos IFs no Brasil. Os resultados demonstraram que, de modo geral, a evolução da força de trabalho variou de acordo com os cenários econômico-fiscais enfrentados pelo País. Regionalmente, os IFs do Centro-Oeste foram os que mais cresceram (em média, 312%), o que converge com estudo anterior que apontava ser essa a região com menor proporção entre alunos e docentes em tempo integral. Concluiu-se também que, nos últimos anos da série, a principal modalidade de contratação nos IFs deixou de ser o concurso público e passou a ser o processo seletivo, com forte crescimento proporcional da contratação de professores temporários.

Palavras-chave

Institutos Federais – Força de trabalho – Servidores – Governo Federal.

1- Disponibilidade de dados: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi disponibilizado no Painel Estatístico de Pessoal, do Governo Federal, e pode ser acessado em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>.

2- Fundação Getúlio Vargas. Brasília, DF, Brasil. Contato: leopoldomateus@gmail.com



<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551287101por>
This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY 4.0.

The evolution of the workforce of the Brazilian Federal Institutes of Education, Science, and Technology (2010-2022)

Abstract

The Brazilian Federal Institutes of Education, Science, and Technology (FIs) are federal higher education institutions created by Law 11.892/2008 through the integration or transformation of preexisting institutions. This study examines the evolution of the FIs' workforce from both national and regional perspectives, in light of the different fiscal scenarios Brazil has faced since their establishment. It draws on data from the federal government's Personnel Statistics Panel (Painel Estatístico de Pessoal) covering the number of employees between 2010 and 2022 across the 38 FIs established from 2009 onward, following the enactment of the law. The analysis is framed by the literature on Brazil's recent fiscal history and the development of these institutions. Overall, the results show that workforce growth has reflected changes in the country's economic and fiscal conditions. At the regional level, FIs in the Central-West recorded the highest workforce expansion, averaging 312%, which supports earlier research indicating that this region had the lowest ratio of full-time students to full-time faculty. The study also shows that, in recent years, recruitment practices at FIs have shifted: while the workforce was previously composed mainly of tenured public servants, there has been a marked proportional increase in the hiring of temporary faculty.

Keywords

Institutos federais – Workforce – Public Servants – Federal Government.

Introdução

O Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, é considerado o marco inicial do ensino técnico no Brasil. O então presidente do estado do Rio de Janeiro – como eram denominados os governadores naquele período – e futuro presidente do Brasil Nilo Peçanha criou “[...] quatro escolas profissionais, nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. As três primeiras destinavam-se ao ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola” (Vieira; Souza Junior, 2017, p. 156).

Três anos depois, já como presidente da República, após o falecimento de Afonso Pena, o mesmo Nilo Peçanha assinou o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou dezenove Escolas de Aprendizes Artífices com o intuito de “[...] não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo” (Brasil, 1909). Assim, para Colombo (2020, p. 4), “[...] a instrução manual era um paliativo com caráter moral ao mesmo tempo que produtivo”.

Tal decreto é considerado o início da história dos institutos que originaram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. As Escolas de Aprendizizes Artífices foram criadas em todas as capitais dos estados brasileiros existentes à época, por intermédio do então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Os objetivos e detalhes da instalação das Escolas estavam descritos no art. 2º do Decreto.

Art. 2º Nas Escolas de aprendizizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso, até o número de cinco, as oficinas de trabalho manual ou mecânica que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais (Brasil, 1909).

Durante o governo Getúlio Vargas, em 1937, as Escolas de Aprendizizes e Artífices foram transformadas em liceus, que ofereceriam ensino profissional de todos os ramos e graus (Brasil, 1937). Ainda durante o governo Vargas, em 1942, foi criada a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, formada por escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. Foram instituídas treze escolas industriais federais e onze escolas técnicas federais (Brasil, 1942). Segundo Candido, Jucá e Silva (2019, p. 1), durante o governo Vargas, o ensino técnico foi ampliado e reorganizado, mas, apesar de revelar preocupação do governo com a ampliação do acesso e do ensino, tal reordenamento era também “[...] uma forma de promover a formação de mão de obra para as necessidades do mercado de trabalho”.

Em 1959, durante o governo Juscelino Kubitschek, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em Escolas Técnicas Federais e se tornaram autarquias educacionais, com autonomia didática e de gestão (Brasil, 1959). A partir do final dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1990, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais foram sendo transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) (Brasil, 1978, 1994). Segundo Campello (2007, p. 33), ao serem implantados, os primeiros Cefets “[...] foram concebidos como instituições de ensino superior de graduação plena, oferecendo cursos de graduação em Engenharia Industrial, além do ensino técnico integrado que desenvolviam enquanto escolas federais”.

Durante os anos 2000, ocorreu forte expansão da educação profissional e tecnológica no Brasil. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, em 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; dois anos depois, a segunda fase da ampliação passou a integrar as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação. No final de 2008, com a Lei nº 11.892, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), “[...] 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades” (Brasil, [s. d.]) foram transformadas ou integradas para dar origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Segundo Campos (2016, p. 505), essa unificação dos IFs teve impacto singular na história da educação profissional brasileira:

Ao longo de quase um século, desde o surgimento das escolas de Aprendizes Artífices até 2002, foram criadas no Brasil 140 escolas técnicas na rede federal. Com a unificação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008, este número aumentou para 366 em 2010 e chegando, em 2014, na existência de 562 escolas.

Para Pacheco (2011, p. 12), os IFs “[...] são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do Governo Federal”. De acordo com o autor, os institutos seriam caracterizados pela “[...] ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa”.

Segundo Pereira (2009, p. 3), o papel previsto para os IFs “[...] é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliçados dos processos de desenvolvimento e modernização” no País, o que, para o autor, “[...] legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma Educação Profissional e Tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e transformação social”.

Os 38 institutos criados no fim de 2008 foram: o Instituto Federal do Acre (IFAC), o Instituto Federal de Alagoas (IFAL), o Instituto Federal do Amapá (IFAP), o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), o Instituto Federal da Bahia (IFBA), o Instituto Federal Baiano (IF Baiano), o Instituto Federal de Brasília (IFB), o Instituto Federal do Ceará (IFCE), o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), o Instituto Federal de Goiás (IFG), o Instituto Federal Goiano (IF Goiano), o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IF Sul de Minas), o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), o Instituto Federal do Pará (IFPA), o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), o Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE), o Instituto Federal do Piauí (IFPI), o Instituto Federal do Paraná (IFPR), o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), o Instituto Federal Fluminense (IFF), o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), o Instituto Federal Farroupilha (IFFar), o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), o Instituto Federal de Roraima (IFRR), o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), o Instituto Federal Catarinense (IFC), o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), o Instituto Federal de Sergipe (IFSE) e o Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

Por terem sido instalados a partir de instituições já existentes, os IFs já possuíam forças de trabalho iniciais de variados patamares. Como 2009 foi o ano de início da implantação dos institutos, já que a publicação da lei criadora ocorreu no fim de 2008,

o Painel Estatístico de Pessoal, do Governo Federal, traz os dados detalhados sobre os servidores dos IFs a partir de 2010.

O planejamento da força de trabalho é parte fundamental da gestão de pessoas e oferece informações que possibilitam que uma organização possa estar preparada para atender às suas necessidades no momento atual e no futuro, por meio da seleção das pessoas corretas e na quantidade necessária para cada período e lugar (Serrano *et al.*, 2018). Se Colley e Price (2010) demonstraram como a ausência de planejamento da força de trabalho pode originar problemas para as organizações públicas, Goodman, French e Battaglio (2013) defendem que realizar planejamento da força de trabalho pode auxiliar muito uma organização, principalmente quando ela enfrenta rotatividade e perda de conhecimento.

Nesse cenário, o dimensionamento da força de trabalho surge como elemento fundamental, já que pretende determinar qual é o quantitativo necessário para a execução de tarefas e entregas. Segundo Serrano *et al.* (2018, p. 8), “[...] o dimensionamento responde quantas pessoas são necessárias em cada unidade, e, para não gerar expectativas irreais e frustrações, é preciso que isso seja especialmente ressaltado”.

Assim, o objetivo deste estudo foi analisar como ocorreu a evolução da força de trabalho dos IFs entre 2010 e 2022, dos pontos de vista nacional e regional, dado que, nesse período, o País atravessou cenários fiscais e econômicos diversos. Além de analisar modificações no quantitativo de servidores dos IFs em geral e das principais carreiras dessas instituições, este trabalho também dividiu os IFs entre as cinco regiões do Brasil, para checar se, em média, os institutos de determinadas regiões ampliaram seus quadros de forma muito diferente das demais. O objetivo foi descobrir se algumas regiões foram mais ou menos impactadas pelas oscilações na capacidade de expansão de gastos que o Governo Federal sofreu no período e possíveis motivos dessas variações.

Fundamentos teóricos

Durante o período analisado (2010-2022), o País atravessou cenários econômicos e fiscais muito distintos. Se no primeiro ano da série o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 7,5%, com a indústria, por exemplo, apresentando ampliação de significativos 14,9%, os anos seguintes acusaram arrefecimento da economia, que manteve crescimento anual inferior a 4% do PIB até 2014 e em 2015 apresentou queda de 3,8% (Paula; Pires, 2017).

O resultado negativo do PIB, que já havia sido precedido de um crescimento de apenas 0,5% em 2014, era um dos principais indicativos do cenário fiscal desafiador que se avizinhava. Acostumado a uma situação fiscal confortável após o fim dos anos 1990 – quando o País, que “[...] vinha de um processo de deterioração da situação fiscal”, passou a obter superávits primários elevados (Giambiagi, 2008, p. 536) –, o Brasil obteve saldos positivos seguidos até 2013. O cenário se inverteu em 2014, quando o País passou a enfrentar oito déficits fiscais consecutivos.

Logo no começo desse período de fortes dificuldades nas contas públicas, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal como forma de tentar limitar o crescimento acelerado das despesas do Governo Federal (Gomes *et al.*, 2020). Como a regra restringia o crescimento dos gastos públicos à



reposição inflacionária do ano anterior, o cenário de forte expansão das despesas públicas em educação, por exemplo, verificado na década anterior, passou a estar submetido às restrições estabelecidas pelo Novo Regime Fiscal.

Conforme explicam Peres e Santos (2020, p. 10), as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) haviam crescido fortemente de 2005 para 2006 e mantiveram-se permanentemente acima do mínimo constitucional de 18% “[...] da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências” (Brasil, 1988), entre 2006 e 2016.

De 2005 para 2006, a porcentagem das despesas federais em MDE, como parte das receitas de impostos, saltou de 17,96% para 24%, voltando a cair para valores entre 18,5% e 20,9% nos cinco anos seguintes, tendo novo pico de gastos em 2012, quando atingiu 25%, diminuindo para menos de 21% em 2015 e voltando a cerca de 24% em 2016 (Peres; Santos, 2020).

Casalecchi (2019, p. 16) explica que o MEC foi responsável pela maior parte da expansão das despesas de pessoal entre 2008 e 2018, “[...] tendo contribuído com R\$ 27 bilhões, ou 79% daquele total de R\$ 34 bilhões”. Segundo o autor, “[...] as universidades, as fundações universitárias e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia aumentaram suas despesas de pessoal em R\$ 24 bilhões no período”. Tal expansão fez com que a força de trabalho do MEC crescesse fortemente, e essa ampliação dos quadros é explicada principalmente pelos IFs, já que, “[...] em termos absolutos, os Institutos Federais contribuíram com 75 mil pessoas para o aumento de 114 mil do MEC como um todo (isto é, 66%, ou dois terços)” (Casalecchi, 2019, p. 28).

Até então, são raros os estudos que se destinaram a investigar a evolução quantitativa da força de trabalho dos IFs brasileiros. Cristo e Canan (2022, p. 942) analisaram o quadro de servidores dos IFs entre os anos de 2017 e 2020, utilizando dados da Plataforma Nilo Peçanha quanto a “[...] qualificação, regime de trabalho, vínculo com a administração pública e quantitativo de servidores” de forma regionalizada, sem analisar os institutos individualmente. Descobriram, por exemplo, que, naquele período, aproximadamente 90% dos professores dos IFs de todas as cinco regiões do País eram efetivos. Afirmaram também que os professores substitutos ou temporários, em geral, “[...] são contratados para suprir uma carência específica ou para substituir um docente efetivo que esteja afastado, sendo que um dos possíveis motivos de contratação de substitutos são os afastamentos de docentes efetivos para qualificação” (Cristo; Canan, 2022, p. 947), já que os autores também apontaram o crescimento progressivo do número de professores dos IFs com doutorado em todas as regiões do País entre 2017 e 2020.

Já Baccin e Shiroma (2016, p. 141), focados na intensificação do trabalho docente nos IFs com a reconfiguração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, analisaram a relação de alunos por docente em tempo integral de forma consolidada nos IFs das cinco regiões do Brasil e demonstraram que, em 2014, as únicas regiões com mais de 25 alunos por professor eram a Norte (25,46) e a Nordeste (25,14), enquanto nas demais a proporção era inferior a 22: Sul (21,97), Sudeste (21,58) e Centro-Oeste (19,37).

Quanto ao número de matriculados nos IFs, o primeiro ano em que o *Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica* apresenta dados individualizados por IF é 2011. Naquele ano,

eram 571.086 matriculados no total: 63.481 no Norte, 191.778 no Nordeste, 46.603 no Centro-Oeste, 146.007 no Sudeste e 123.217 no Sul (Brasil, 2012). Em 2014, já eram 639.765 matriculados nos 38 IFs, sendo 74.678 no Norte (+18%), 248.555 no Nordeste (+30%), 57.266 no Centro-Oeste (+23%), 156.994 no Sudeste (+8%) e 102.272 no Sul (-17%) (Brasil, 2015). Na comparação entre 2011 e 2014, destacam-se o forte crescimento no Nordeste e a queda no número de matriculados no Sul.

Em 2017, já segundo a Plataforma Nilo Peçanha, eram 947.792 matriculados, número que caiu para 888.231 em 2018, subiu a 949.831 em 2019, cresceu fortemente em 2020, alcançando 1.400.589, e chegou a 1.437.395 em 2022. No Norte, eram 109.805 em 2017 e 118.885 em 2022. No Nordeste, 309.649 em 2017 e 348.951 em 2022. No Centro-Oeste, eram 106.248 em 2017 e 159.168 em 2022. No Sudeste, houve ampliação de 251.517 para 313.642. Por fim, no Sul, o crescimento foi disparadamente maior que nas demais regiões nesse período: de 170.573 para 496.749 (+191%).

Segundo Oliveira e Rothen (2024), a estrutura dos IFs passou por três momentos de expansão entre 2009 e 2014 e partiu, inicialmente, de 312 *campi*. Em 2009, segundo Otranto e Paiva (2016), regionalmente, eram 40 *campi* no Norte, 114 no Nordeste, 35 no Centro-Oeste, 74 no Sudeste e 49 no Sul. Cinco anos depois, já eram 499 IFs: 68 no Norte, 169 no Nordeste, 54 no Centro-Oeste, 110 do Sudeste e 98 no Sul. Ou seja, nesses primeiros cinco anos, a maior expansão ocorreu no Sul, que dobrou o número de *campi*, seguido pela região Norte, que teve ampliação de 70%. Nas demais regiões houve ampliação entre 48% e 54%. A ampliação total, contando todas as regiões do País, foi de quase 60%.

Segundo a Plataforma Nilo Peçanha, que disponibiliza dados detalhados sobre os IFs a partir de 2017, eram 589 *campi* espalhados pelo Brasil naquele ano. A partir de então, o crescimento anual do número de *campi* foi pequeno, alcançando o total de 602 em 2022. Regionalmente, no Centro-Oeste não houve expansão entre 2017 e 2022: foram 65 durante todo o período. No Nordeste, eram 206 em 2017 e passaram a ser 210 em 2022. No Norte, houve aumento de 70 para 74; no Sudeste, de 143 para 146; e no Sul, de 105 para 107.

Metodologia

Para analisar como evoluiu a força de trabalho dos 38 IFs criados pela Lei nº 11.892/2008, entre 2010 e 2022 – já que os IFs começaram a ser instalados durante 2009 e o primeiro ano com dados individualizados por IF no Painel Estatístico de Pessoal do Governo Federal é 2010 –, este artigo foi dividido em quatro seções:

- 1) *Construção da força de trabalho dos IFs*: foram analisados os ingressos anuais totais de servidores nos IFs no período, os ingressos anuais nas carreiras de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Substituto e Assistente em Administração, bem como as quantidades de ingressos por modalidade de processo de contratação (concurso público ou processo seletivo);
- 2) *IFs que mais cresceram em número de servidores entre 2010 e 2022*: foram analisados os dez IFs que mais cresceram percentualmente em número de servidores

no período, buscando avaliar similaridades e diferenças entre eles quanto ao quantitativo inicial e à região;

3) *IFs que menos cresceram em número de servidores entre 2010 e 2022*: foram analisados os dez IFs que menos cresceram percentualmente em número de servidores no período, buscando avaliar similaridades e diferenças entre eles quanto ao quantitativo inicial e à região;

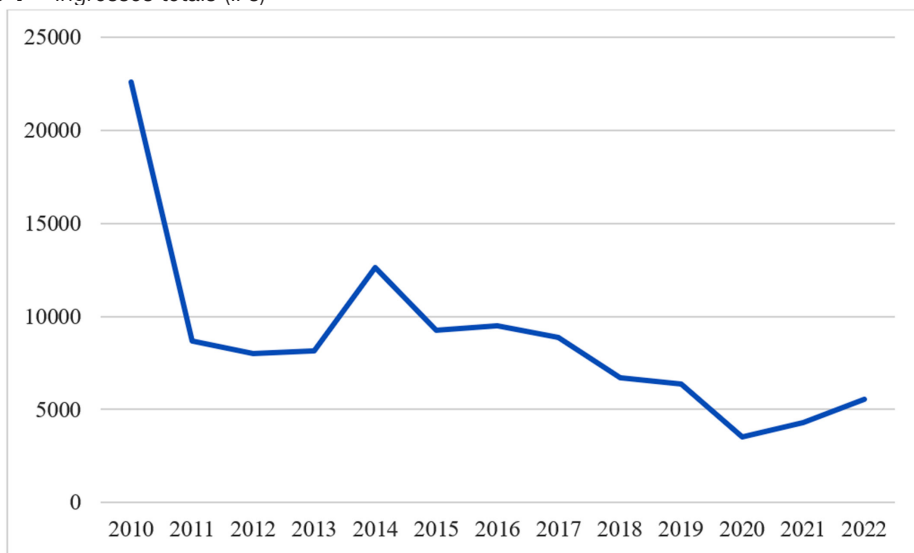
4) *Detalhamento dos movimentos das forças de trabalho dos IFs por região*: foram analisados os movimentos realizados por todos os IFs criados pela Lei nº 11.892/2008, entre 2010 e 2022, separados por região do País, como forma de avaliar em quais regiões os IFs cresceram percentualmente, em média, mais em número de servidores, se havia grande discrepância entre institutos da mesma região e qual o impacto de evoluções individuais muito grandes ou muito pequenas na média final dos IFs de cada região do Brasil.

Construção da força de trabalho dos IFs

Como os IFs foram criados a partir de transformações ou integrações de instituições federais já existentes, os institutos foram inaugurados com forças de trabalho originárias desses centros, unidades e escolas, que, evidentemente, existiam em patamares variáveis.

A análise dos dados gerais de entradas de profissionais nos IFs, entre 2010 e 2022, demonstra que o ano de 2010, o primeiro da série, foi aquele em que os IFs efetivamente se estruturaram como Institutos Federais e em que houve uma quantidade de ingressos de servidores mais alta e destoante dos demais anos: 22.596. Nos três anos seguintes, as entradas anuais se estabilizaram em um patamar superior a 8 mil e abaixo de 9 mil servidores, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Ingressos totais (IFs)



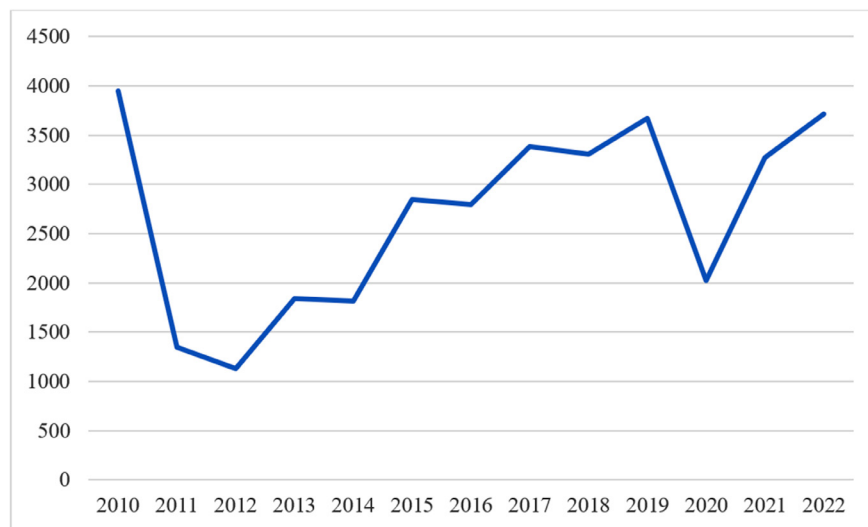
Fonte: Brasil, 2022.

O segundo ano com mais entradas (12.636 servidores) foi 2014 e nos três anos seguintes houve nova estabilização – em patamar anual pouco superior ao do triênio 2011-2013. O número mais alto de ingressos nesses primeiros anos da série está em linha com os dados de forte expansão inicial do número de *campi*, conforme mostrado por Otranto e Paiva (2016), segundo os quais o total passou de 312, em 2009, para 499, em 2014. A partir de 2018, inicia-se um movimento de forte queda e o patamar de 8 mil entradas anuais não mais é retomado. Em 2018 e 2019, o total de entradas anuais foi inferior a 7 mil profissionais; já nos dois anos seguintes, marcados pela pandemia de Covid-19, os ingressos foram inferiores a 5 mil anuais, patamar que foi novamente alcançado em 2022.

Porém, se a principal carreira finalística de servidores efetivos dos IFs (Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) e a principal carreira administrativa dos IFs (Assistente em Administração) fizeram movimentos gráficos semelhantes aos dos ingressos totais dos IFs, com elevado número de contratações no início do período analisado, um novo pico em 2014, e depois apresentaram tendência gradual de redução no patamar de contratações anuais, a carreira dos IFs que mais contratou profissionais no período (35.071 profissionais) – a de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Substituto – realizou movimentos anuais com tendências bem diferentes.

Como mostra o Gráfico 2, no início do período analisado, as variações foram parecidas: alto nível de contratações em 2010 (3.950), estabilização em um patamar inferior nos dois anos seguintes, mas, na sequência, clara tendência de crescimento no número de contratações. Essa tendência só seria invertida em 2020, ano da pandemia de Covid-19, mas seria claramente retomada em seguida. O forte crescimento no patamar anual de professores temporários contratados no final do período ocorreu concomitantemente à elevação no número de matriculados a partir de 2019 nos IFs, que cresceu de 949.831 para 1.437.395 em 2022, segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha.

Gráfico 2 – Ingressos de professores temporários nos IFs

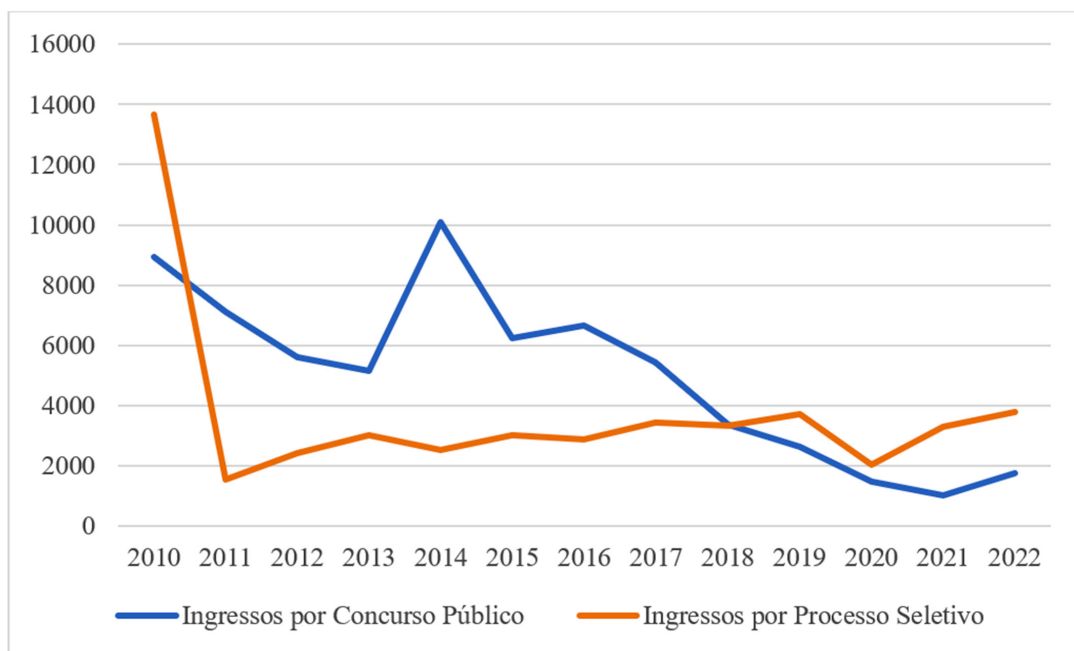


Fonte: Brasil, 2022.

Ou seja, enquanto as contratações para carreiras de servidores efetivos dos IFs passaram a apresentar um paulatino movimento de queda após 2014, com raras exceções, como um crescimento pontual nos ingressos de membros efetivos da carreira de Magistério de 2015 para 2016, as contratações de professores temporários estabeleceram uma trajetória de clara ampliação.

A análise quanto ao perfil de contratações dos IFs durante o período selecionado indica que, nos últimos anos da série, a modalidade de processo de contratação predominante nos IFs passou a ser processo seletivo e não mais concurso público, ou seja: o número de contratações de profissionais temporários passou a ser superior ao de servidores públicos efetivos. Como mostra o Gráfico 3, antes de 2019, tal fenômeno só havia ocorrido no primeiro ano da série, devido ao ingresso de 8.710 profissionais em uma carreira para a qual, segundo o Painel Estatístico de Pessoal, só ocorreram contratações especificamente em 2010: Professor do 1º e 2º Grau Substituto.

Gráfico 3 – Ingressos por modalidade nos IFs



Fonte: Brasil, 2022.

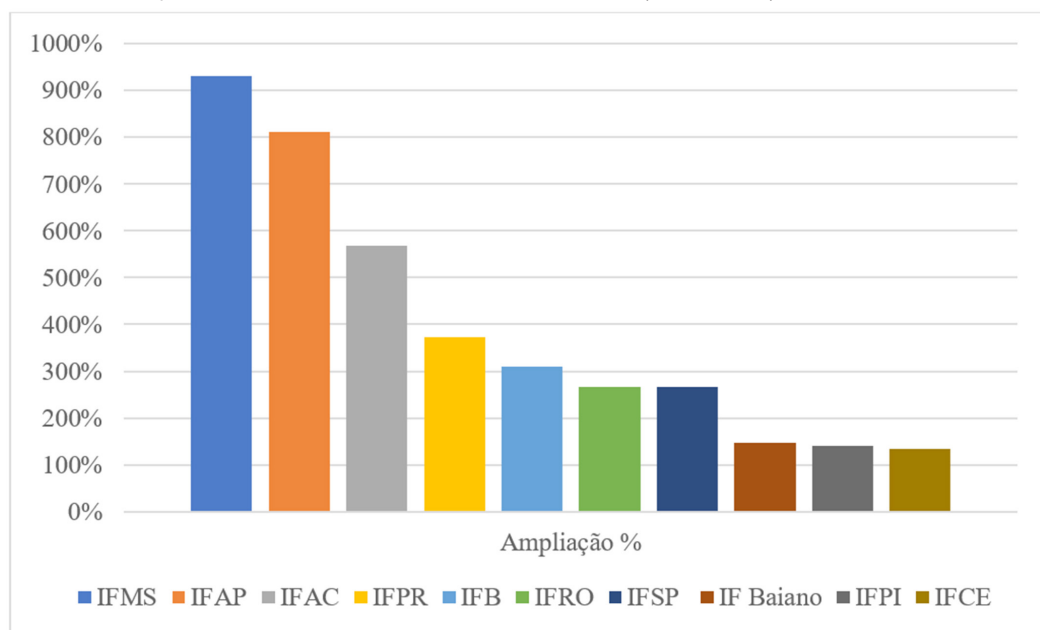
Verifica-se, então, de modo geral, que os ingressos totais de servidores nos IFs foram maiores no começo da série analisada, com predomínio de servidores ingressando por concurso público, e que, no final, houve forte crescimento proporcional da contratação de servidores temporários.

IFs que mais cresceram em número de servidores entre 2010 e 2022

Os números iniciais de servidores dos IFs eram muito diferentes, já que variavam de acordo com o tamanho das instituições que os originaram. Como exemplos extremos, pode-se citar que, em 2010, o IFAP contava com apenas 73 servidores, o IFAC com 116 e o IFMS com 122. Por outro lado, alguns IFs já iniciaram suas histórias contando com mais de 1,5 mil servidores, como: IFCE (1.602), IFMA (1.520) e IFES (1.919).

A análise do *ranking* dos dez IFs que mais cresceram entre 2010 e 2022, detalhada no Gráfico 4, aponta que o pódio é composto justamente pelos três IFs que possuíam menos profissionais em 2010. Logicamente, por partirem de uma base inicial muito mais baixa que os demais, os números desses institutos poderiam apresentar efetivamente uma tendência de crescimento mais forte, e realmente os três são os únicos que apresentaram crescimento superior a 500% no período.

Gráfico 4 – IFs que mais cresceram em número de servidores (2010-2022)



Fonte: Brasil, 2022.

Logo na sequência, surgem três IFs que também partiram de uma base inicial de apenas três dígitos: IFPR (533 servidores), IFB (337 servidores) e IFRO (356 servidores). Esses institutos cresceram, respectivamente, 373%, 310% e 266% em número de servidores, mas a grande ampliação dos três não pode ser diretamente relacionada apenas ao baixo número inicial de servidores, já que vários outros IFs com quantitativos iniciais similares

apresentaram crescimentos inferiores. Alguns exemplos são: o IF Sul de Minas, que possuía apenas 585 servidores, em 2010, e cresceu somente 106% até 2022; o IFTM, que contava com 579 profissionais em sua força de trabalho no início do período e, ao final, só havia crescido 104%; e o IFRR, que foi o instituto que menos cresceu no período, com elevação de 433 servidores para apenas 662 – um crescimento de 53%.

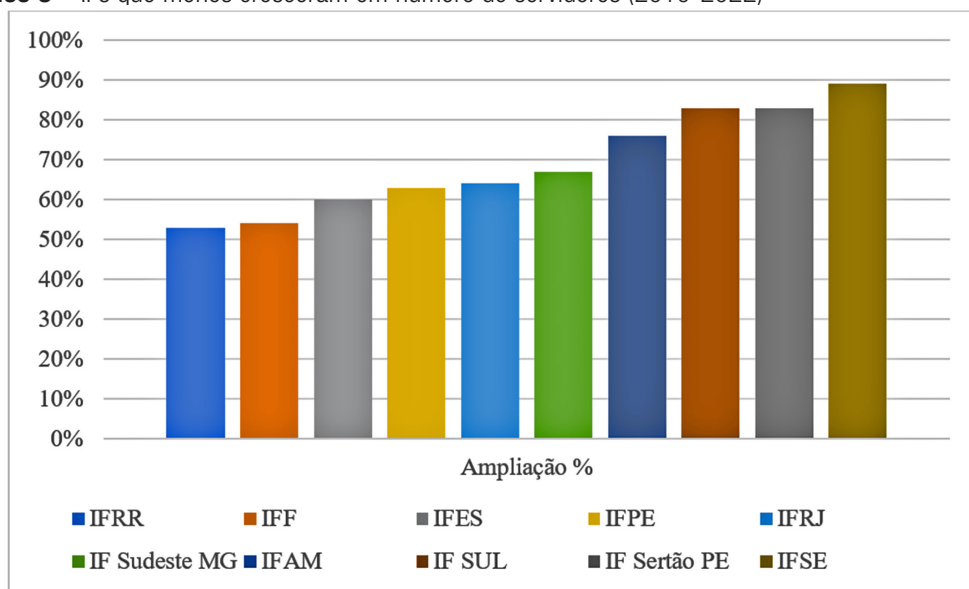
Empatado em crescimento com o IFRO, com 266% de ampliação do quantitativo de servidores no período, o IFSP é um dos dois únicos institutos que já possuíam mais de mil servidores em 2010 a compor o *ranking* dos dez primeiros; o outro é o IFCE, décimo colocado. Os outros dois institutos que completam o *ranking* dos dez com maiores crescimentos percentuais, em oitavo e nono lugar, são dois IFs do Nordeste: IF Baiano e IFPI. Os institutos do Nordeste, por sinal, são os únicos, ao lado dos institutos do Norte do País, que possuem três representantes no *ranking* dos dez IFs que mais cresceram.

Conclui-se que os institutos que mais cresceram partiram de uma base inicial de servidores mais baixa e que três dos seis primeiros eram do Norte, região que, no início da série, só possuía mais *campi* e matriculados que o Centro-Oeste (Brasil, 2012; Otranto; Paiva, 2016).

IFs que menos cresceram em número de servidores entre 2010 e 2022

No *ranking* dos dez IFs que menos cresceram em número de servidores no período, nenhum chegou sequer a dobrar o quantitativo de sua força de trabalho. O IF que menos cresceu entre 2010 e 2022 foi o IFRR. A instituição do estado de Roraima, que já possuía apenas 433 servidores em 2010, ampliou seus quadros em somente 53%, como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – IFs que menos cresceram em número de servidores (2010-2022)



Fonte: Brasil, 2022.

Em segundo lugar, praticamente empatado com o IFRR, aparece o IFF, com ampliação de apenas 54% e seguido por outras três instituições que também já possuíam mais de mil servidores em 2010: IFES, IFPE e IFRJ, com crescimentos semelhantes, que variaram entre 60% e 64%. Em sexto lugar aparece o IF Sudeste MG, com ampliação de 67% em sua força de trabalho no período. Ressalta-se, portanto, o domínio das instituições da região Sudeste do País no *ranking* dos IFs que menos cresceram, já que quatro dos seis primeiros se localizam na região.

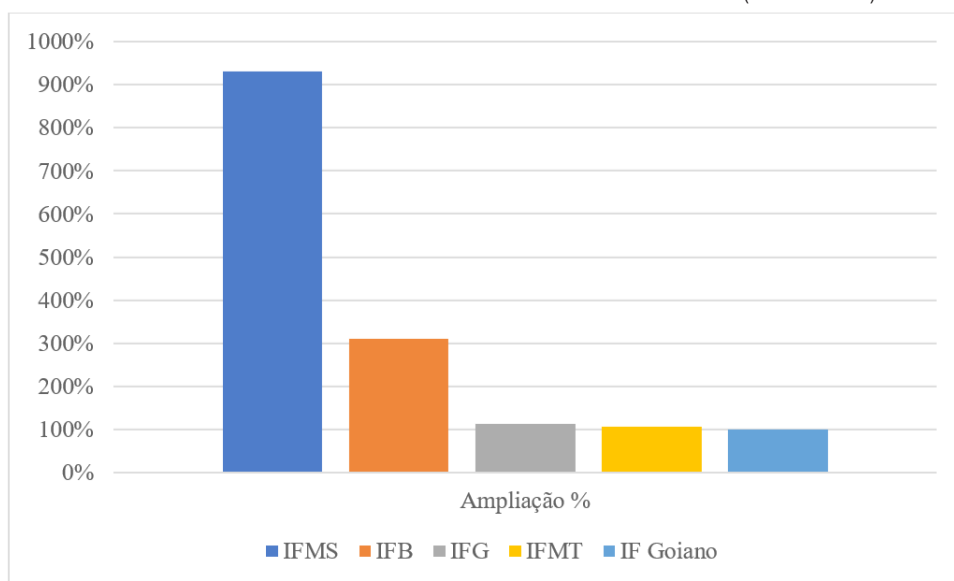
Na sequência aparece o segundo representante do Norte no *ranking* – o IFAM, com crescimento de 76% – e os últimos três, que são os únicos dos dez com menores crescimentos a superarem a barreira dos 80%: IF Sul, IF Sertão PE e IFSE. Enquanto o IF Sul partiu de um patamar inicial superior a mil servidores, como o IFAM, os dois institutos nordestinos possuíam menos de 700 servidores em 2010.

O fato de quatro dos seis IFs que menos cresceram em número de servidores estarem no Sudeste pode estar relacionado ao fato de essa ser uma das regiões que já possuía mais estrutura no início da série, não apenas em quantidade de servidores, mas também em número de *campi* (Otranto; Paiva, 2016) e de matriculados (Brasil, 2012).

Detalhamento dos movimentos das forças de trabalho dos IFs por região

Os IFs da região Centro-Oeste foram os que, em média, mais cresceram percentualmente em número de servidores: 312%. Claramente, o percentual atinge tal patamar principalmente devido ao crescimento do IFMS, o instituto que mais ampliou sua força de trabalho entre todos os IFs criados pela Lei nº 11.892/2008 – com 932% de crescimento –, e do IFB, que aparece no quinto lugar geral de crescimento, com 310%, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Crescimento dos IFs do Centro-Oeste em número de servidores (2010-2022)

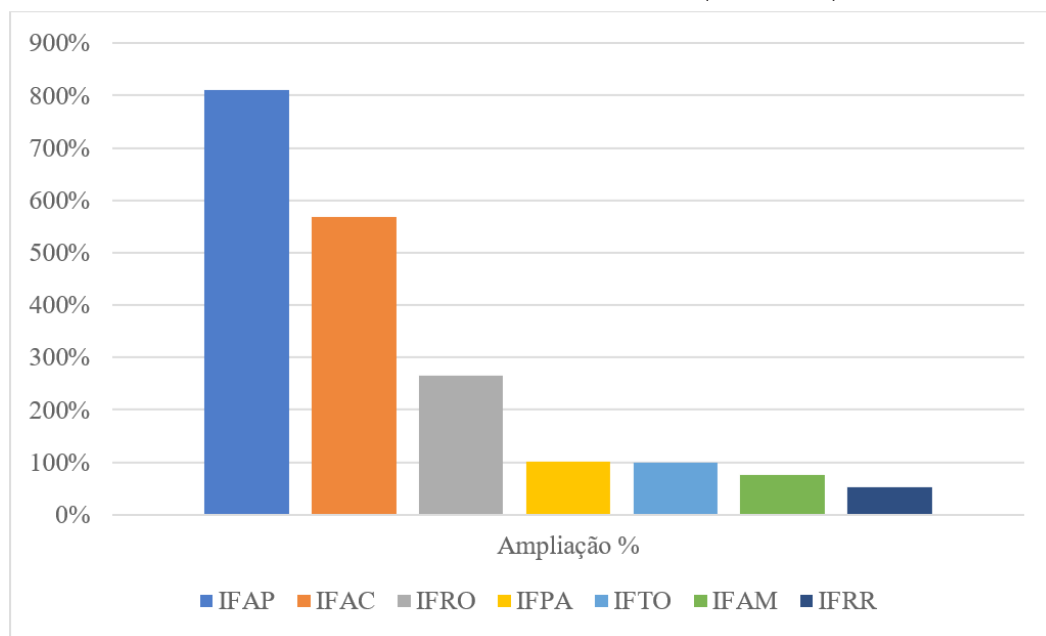


Fonte: Brasil, 2022.

Os demais institutos apresentaram crescimentos bem inferiores. O IFG possuía um quantitativo de 1.023 profissionais em 2010 e cresceu 113% no período. Já o IFMT também já possuía em seus quadros mais de mil servidores e cresceu 106%, enquanto o IF Goiano – a despeito de contar, inicialmente, com apenas 747 servidores – foi o que menos ampliou sua força de trabalho entre os cinco, alcançando 1.491 servidores, com um acréscimo de quase 100%. Otranto e Paiva (2016) e Brasil (2012) haviam mostrado que o Centro-Oeste era a região com menor número de *campi* e matriculados inicialmente, o que parece justificar a maior necessidade de expansão.

Em segundo lugar na média de crescimento percentual de servidores aparece a região Norte do Brasil, com 282% de aumento. A ampliação da força de trabalho de seus IFs foi marcada por uma imensa variação. Enquanto o IFAP, por exemplo, ampliou seus quadros em 811% (de 73 para 665 servidores) e o IFAC em 569% (de 116 para 776 servidores), o IFRR foi a instituição que menos cresceu: apenas 53%, como mostra o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Crescimento dos IFs do Norte em número de servidores (2010-2022)

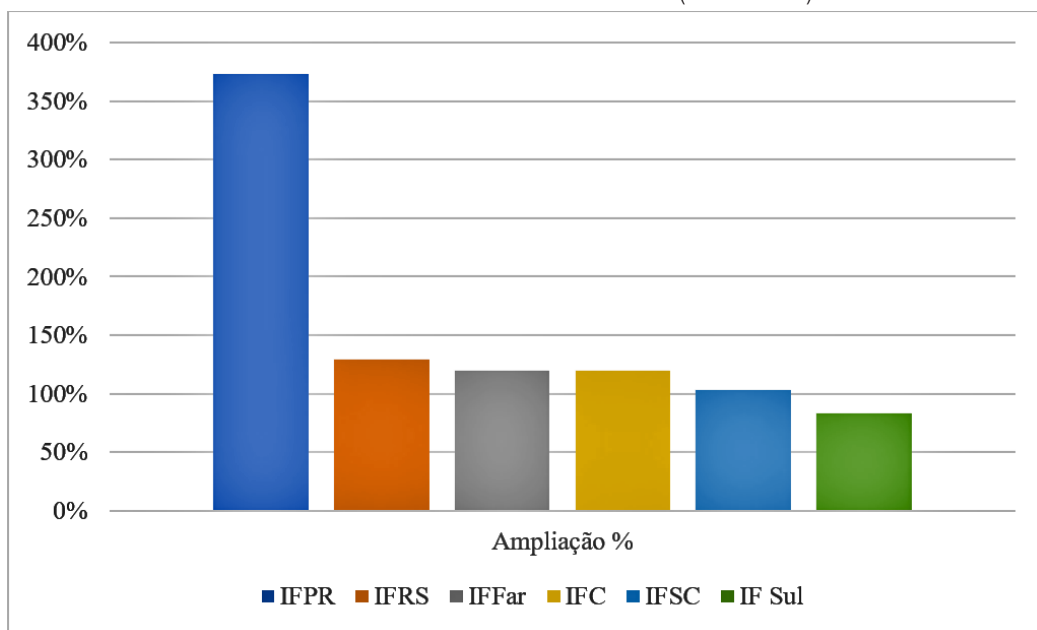


Fonte: Brasil, 2022.

Além do IFAP e do IFAC, apenas o IFRO superou o patamar de 200% de crescimento, com ampliação de 266% no quantitativo de servidores da instituição. O IFPA aumentou seus quadros em 102% (de 1.245 para 2.518 servidores); o IFTO, em 99% (de 685 para 1.363); e o IFAM, em 76% (de 1.032 para 1.813 servidores). O forte crescimento médio dos IFs do Norte em número de servidores também parece em linha com a literatura, que apontava ser essa a região com mais alunos por docente em tempo integral (Baccin; Shiroma, 2016).

O Sul foi a terceira região com maior crescimento médio percentual de seus institutos, registrando 155% de ampliação. O crescimento médio foi alavancado, principalmente, pelo IFPR, que ampliou em 373% seus quadros entre 2010 e 2022, quarto maior crescimento entre os IFs do País no período. O impacto de seu crescimento foi tão grande para a elevação média da região que o IFPR foi o único entre os seis institutos do Sul a superar a média da região (155%), como mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Crescimento dos IFs do Sul em número de servidores (2010-2022)



Fonte: Brasil, 2022.

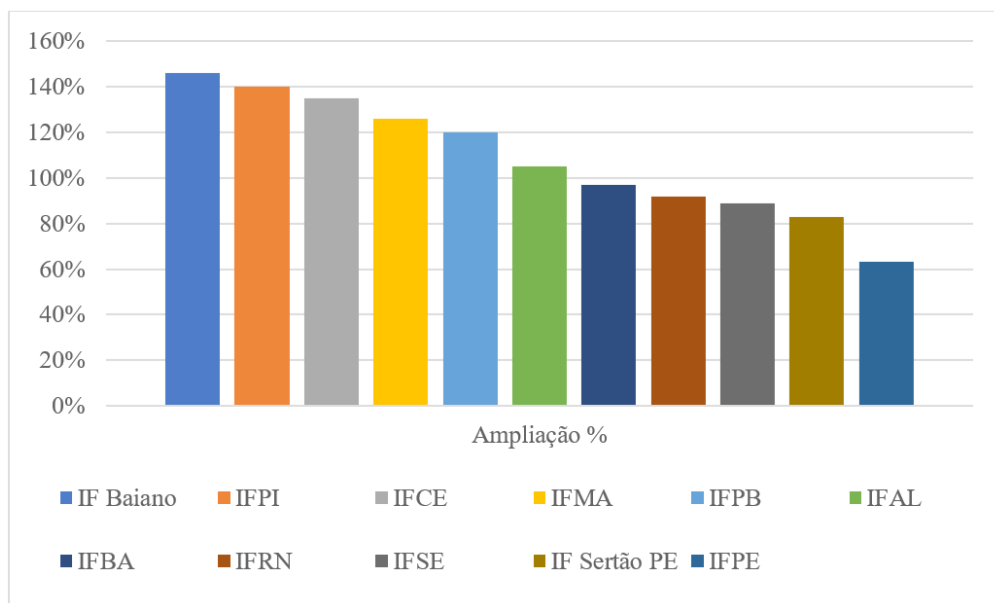
O que mais se aproximou de tal feito foi o IFRS, que, mesmo já possuindo mais de mil servidores em 2010, ampliou seus postos de trabalho em 129%. Na sequência, o IFFar e o IFC surgem empatados, ambos com um crescimento de 120%. O IFSC, maior instituto do Sul em número de servidores, iniciou a série histórica com 1.365 servidores e a terminou com 2.766 – ampliação de 103%. O instituto que menos cresceu, e o único da região a não ao menos dobrar seu quantitativo, foi o IF Sul, que ampliou em apenas 83% seu quantitativo. O crescimento dos institutos do Sul não ter sido mais alto pode ser considerado surpreendente, já que a região ampliou sua quantidade de matriculados durante o período em patamar muito superior às demais regiões.

A região Nordeste é a que possui mais IFs criados pela Lei nº 11.892/2008 e foi apenas a quarta das cinco regiões do País com maior crescimento médio de seus IFs em número de servidores – 109%. A região foi a única em que nenhum instituto alcançou 200% de ampliação de sua força de trabalho. Os crescimentos variaram entre 63% e 146%. É importante ressaltar que seis de seus onze IFs já ultrapassavam o patamar de mil

servidores em 2010. Tal panorama parece estar de acordo com o fato de essa ter sido a região com menor crescimento percentual no número de matriculados entre 2011 e 2022.

O instituto que mais cresceu foi o IF Baiano, o único, além do IFPI, a alcançar ou superar o patamar de 140% entre os IFs nordestinos. Na sequência no ranking regional surgem três IFs que, ao contrário dos dois primeiros, partiram de um patamar inicial superior a mil servidores: IFCE (1.602 servidores), IFMA (1.520 servidores) e IFPB (1.170 servidores). Todos os três cresceram pelo menos 120%, como mostra o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Crescimento dos IFs do Nordeste em número de servidores (2010-2022)



Fonte: Brasil, 2022.

O IFAL foi o último IF do Nordeste a pelo menos dobrar seu quantitativo de pessoal: ampliou em 105%. Na sequência, surgem dois institutos que já possuíam mais de 1,4 mil servidores em 2010: IFBA e IFRN. Se não chegaram a dobrar de quantitativo, ambos superaram os 90% de crescimento.

Acima de 80% cresceram o IFSE e o IF Sertão PE (89% e 83%, respectivamente). O instituto que menos cresceu na região Nordeste foi o IFPE – apenas 63% –, que, assim como o IFCE, o IFMA, o IFBA e o IFRN, já possuía força de trabalho superior a 1,4 mil servidores em 2010. Nas três regiões em que a média de crescimento dos institutos foi maior (Centro-Oeste, Sul e Norte), nenhum instituto atingia tal patamar em 2010.

Região do País em que a média de ampliação da força de trabalho dos IFs foi menor – apenas 105% –, o Sudeste forma com o Nordeste a dupla de regiões em que mais da metade dos institutos já possuía pelo menos mil servidores em 2010. Cinco dos nove institutos já superavam esse total.

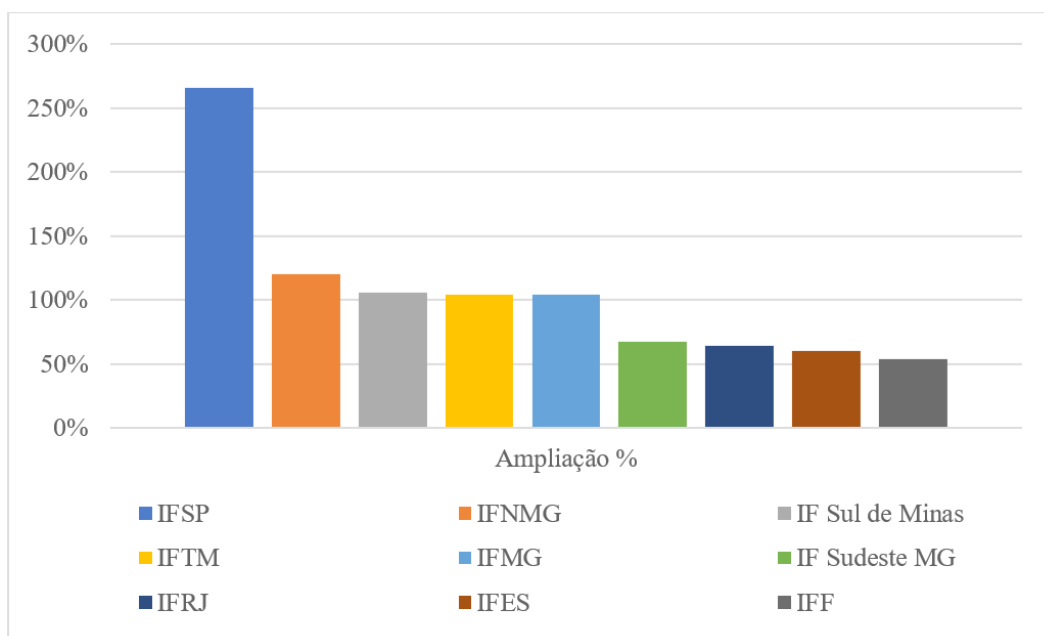
No entanto, ao contrário do Nordeste, no Sudeste pelo menos um dos IFs analisados ultrapassou a barreira dos 200% de ampliação. O IFSP, que já possuía 1.350 servidores em

2010, atingiu 4.941 servidores em 2022, tornando-se, com larga vantagem, o IF com maior força de trabalho do Brasil, depois de apresentar 266% de crescimento.

Os outros cinco IFs que mais cresceram na região Sudeste estão localizados em Minas Gerais – estado do País com mais IFs. Quatro deles pelo menos dobraram suas forças de trabalho e cresceram entre 104% e 120%: IFNMG, IF Sul de Minas, IFTM e IFMG. Os três primeiros possuíam menos de 700 servidores em 2010 e o IFMG já superava mil. O IF Sudeste MG foi o instituto mineiro que apresentou crescimento destoante dos demais, tendo elevado seu quantitativo de funcionários em apenas 67%.

Os três IFs que menos cresceram na região, como mostra o Gráfico 10, também estão entre os cinco que menos cresceram no Brasil e estão instalados nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo: IFRJ (64%), IFES (60%) e IFF (54%). Todos os três já possuíam pelo menos 1,1 mil servidores em 2010.

Gráfico 10 – Crescimento dos IFs do Sudeste em número de servidores (2010-2022)



Fonte: Brasil, 2022.

Conclui-se, de modo geral, que: o maior crescimento percentual, em média, ocorreu nos IFs da região Centro-Oeste do Brasil, que também possuía menos *campi* e matriculados no início da série (Otranto; Paiva, 2016), (Brasil, 2012); já o menor crescimento percentual aconteceu entre os IFs do Sudeste, que já possuía maior estrutura inicial.

Conclusões

A análise da evolução da força de trabalho dos IFs criados pela Lei nº 11.892/2008, entre 2010 e 2022, traz diversas conclusões. Inicialmente, é importante avaliar o perfil

geral de contratações dos IFs. Após serem contratados mais de 22 mil profissionais em 2010, ano em que o PIB brasileiro cresceu 7,5%, os ingressos anuais se estabilizaram entre 8 mil e 9 mil servidores nos três anos seguintes – período em que a economia brasileira começava a apresentar sinais de desaceleração, segundo Paula e Pires (2017) –, ultrapassaram 12 mil em 2014 e se estabilizaram em patamar anual pouco superior ao triênio 2011-2013 entre 2015 e 2017, período em que o País começava a apresentar déficits fiscais recorrentes.

De modo geral, a forte ampliação da força de trabalho dos IFs nesse período, sempre acima de 8 mil ingressos anuais, coincide com o que havia diagnosticado Casalecchi (2019, p. 16), que mostrou que o MEC foi o órgão com maior expansão das despesas de pessoal entre 2008 e 2018, “[...] tendo contribuído com R\$ 27 bilhões, ou 79% daquele total de R\$ 34 bilhões”. A expansão inicial mais contundente também ocorreu em número de *campi* dos IFs, que passaram de 312 para 499 entre 2009 e 2014, como mostraram Otranto e Paiva (2016).

Já a partir de 2018, o nível muda e as contratações anuais não mais alcançam 7 mil servidores em ano algum. Como o primeiro ano de efetiva vigência do Novo Regime Fiscal foi 2017, tal redução no ritmo de ingressos já pode estar relacionada às limitações impostas às despesas públicas federais pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal como forma de limitar a ampliação acelerada das despesas (Gomes *et al.*, 2020). Assim, percebe-se que os períodos de maior e menor ampliação da força de trabalho dos IFs variaram de forma muito semelhante ao cenário econômico e às condições fiscais do País.

As carreiras de servidores efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e de Assistente em Administração dos IFs apresentaram movimentos semelhantes ao total geral de ingressos de servidores nos IFs ao longo do período. Já a carreira de Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico Substituto realizou movimentos muito diferentes, com estabelecimento de um patamar mais alto de contratações a partir de 2015, modificação que, atrelada às reduções de contratações para as carreiras de servidores efetivos, fez com que, a partir de 2019, os ingressos por processo seletivo superassem as entradas por concurso público. Tal fenômeno, segundo Cristo e Canan (2022), pode estar relacionado à necessidade de substituir professores efetivos que estavam afastados para qualificação, mas também ocorreu em um período em que houve forte aumento do número de matriculados nos IFs, que passaram do patamar de 950 mil para o de 1,4 milhão.

Entre os IFs que mais cresceram, destacam-se o IFMS, com ampliação de 932%, o IFAP, com aumento de 811%, e o IFAC, com acréscimo de 569% no quantitativo de pessoal. Pelo fato de os três serem os únicos IFs que, em 2010, contavam com menos de 200 servidores e terem sido os únicos que ampliaram suas forças de trabalho em mais de 500% entre 2010 e 2022, pode-se constatar que os IFs com quantitativos iniciais muito baixos foram aqueles que apresentaram crescimentos muito acima da média. Ou seja, constata-se que os IFs que possuíam menor quantitativo de pessoal no início do período analisado foram menos prejudicados pela crise fiscal e conseguiram ampliar mais fortemente seus quadros.

Entre os dez primeiros do *ranking* em crescimento, ressalta-se a predominância de IFs do Norte e do Nordeste, com três representantes no *ranking* para cada um – IFAP, IFAC, IFRO, IF Baiano, IFPI e IFCE. Baccin e Shiroma (2016), ao analisarem a relação de alunos por docente em tempo integral nas cinco regiões do Brasil, haviam apontado que as regiões Norte e Nordeste eram exatamente as duas únicas com mais de 25 alunos por professor, ou seja, que mais necessitavam de contratações de docentes.

Apesar de dezoito dos 38 IFs terem iniciado o período de análise (2010) com mais de mil servidores, apenas dois aparecem entre os dez que mais cresceram (IFSP e IFCE), o que indica que IFs inicialmente menores apresentaram tendência de crescimento efetivamente maior.

Já entre os IFs que menos cresceram no período, destacam-se o IFRR e o IFF (53% e 54%, respectivamente). Entre os dez que menos cresceram, nenhum alcançou sequer o patamar de 90% de ampliação dos quadros. A região predominante entre os dez que menos cresceram é a Sudeste, que ocupa o segundo, o terceiro, o quinto e o sexto lugar, com o IFF, o IFES, o IFRJ e o IF Sudeste MG. Entre os dez IFs que menos cresceram, seis já possuíam mais de mil servidores em 2010, o que corrobora a tendência de menor crescimento para os institutos que já contavam com mais servidores.

Quanto às regiões, a que apresentou maior crescimento médio percentual de seus IFs foi a Centro-Oeste (312%). Otranto e Paiva (2016) e Brasil (2012) já haviam mostrado que essa era a região que contava com menos *campi* e matriculados inicialmente. O Centro-Oeste foi também a região que apresentou maior disparidade de ampliação entre o instituto que mais cresceu (o IFMS, com aumento de 932%) e o que menos cresceu (o IF Goiano, que dobrou sua força de trabalho no período).

A região Norte, a segunda com maior ampliação média da força de trabalho dos IFs (282%), teve crescimento médio da quantidade de funcionários de suas instituições próximo à região Centro-Oeste e destacou-se pela discrepância de crescimento entre seus institutos, já que sedia dois dos três que mais cresceram (o IFAP, com 811%; e o IFAC, com 569%), bem como o que menos ampliou seu quantitativo (o IFRR, com 53%).

Na região Sul, o crescimento médio dos quantitativos de servidores dos IFs já registrou nível bem inferior ao dos IFs das duas regiões que mais cresceram, com apenas 155% de ampliação média. Quatro dos seis IFs cresceram em patamar semelhante: entre 103% e 129%. Os destoantes foram aqueles que se localizam nos extremos: o IFPR, com ampliação de 373%; e o IF Sul, com aumento de apenas 83%.

A região Nordeste foi aquela que apresentou maior uniformidade na ampliação do quantitativo de servidores entre seus IFs, principalmente devido ao fato de nenhum IF da região ter alcançado evolução sequer de 150%. O líder do ranking regional foi o IF Baiano, que cresceu 146% no período; já o último colocado foi o IFPE, com ampliação de 63%.

Região com menor média de ampliação de força de trabalho entre os IFs, o Sudeste só apresentou média superior a 100% devido ao forte crescimento do IFSP, que se tornou o maior IF criado pela Lei nº 11.892/2008 durante o período estudado, sendo o único a romper a barreira de 4 mil servidores, tendo crescido 266%.

Caso o IFSP fosse excluído do cálculo do Sudeste, em vez de crescer 105%, o conjunto dos IFs da região teria apresentado evolução média de servidores de apenas 85%. O baixo crescimento ocorreu pelo fato de quatro dos seis institutos que menos cresceram no País, entre 2010 e 2022, serem da região: IFF, IFES, IFRJ e IF Sudeste MG. Ou seja, constata-se



que os IFs do Sudeste, região responsável por mais da metade do PIB do País, foram, em média, os que menos ampliaram seus quantitativos de pessoal.

De modo geral, os IFs criados pela Lei nº 11.892/2008 ampliaram suas forças de trabalho, em média, em 174% entre 2010 e 2022, contando, ao final de 2022, com quase 76 mil servidores ativos. Em comparação, entre 2009 e 2022 o total de *campi* ampliou-se de 312 para 602, em um aumento de 93%. Entre 2011 e 2022, o total de matriculados nos IFs cresceu 152%.

Referências

BACCIN, Ecléa Vanessa Canei; SHIROMA, Eneida Oto. A intensificação e precarização do trabalho docente nos institutos federais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 129-150, set./dez. 2016. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3619>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, p. 6975, 26 set. 1909.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, p. 2957, 27 fev. 1942.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, p. 3009, 16 fev. 1959.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, p. 1210, 15 jan. 1937.

BRASIL. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 10233, 4. jul. 1978.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 18882, 9 dez. 1994.

BRASIL. Ministério da Economia. **Painel Estatístico de Pessoal**. 2022. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>. Acesso em: 10 jan. 2024.



BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico**. Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico><http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 09 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Exercício 2011**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/rede_federal/relatorios_publicacoes/setec_analise_indicadores_2011.pdf. Acesso em: 09 abr. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Exercício 2014**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/rede_federal/relatorios_publicacoes/analise_indicadores_2014.pdf. Acesso em: 09 abr. 2025.

CAMPELLO, Ana Margarida. “Cefetização” das escolas técnicas federais: projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. **Educação e Tecnologia**, Belo Horizonte, 2007, v. 12, n. 1, p. 26-35, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/92>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CAMPOS, Marcelo Mallet Siqueira. A expansão da rede federal de educação profissional, técnica e tecnológica no período 2003-2014: uma análise a partir da abordagem das capacitações. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 28, n. 2, p. 497-516, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/26166/pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CANDIDO, Francineuma Guedes; JUCÁ, Sandro Cesar Silveira; SILVA, Solonildo Almeida da. The Vargas government and the reordering of professional technical education: the implementation of the Industrial Liceu in Ceará. **Research, Society and Development**, São Paulo, v. 8, n. 6, p. 1-17, e27861059, 2019. DOI: 10.33448/rsd-v8i6.1059. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1059>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CASALECCHI, Alessandro. **Retrato das despesas de pessoal no serviço público federal civil**. Senado Federal, Brasília, DF, p. 1-33, 2019. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566654/EE11.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

COLLEY, Linda; PRICE, Robin. Where have all the workers gone? Exploring public sector workforce planning. **Australian Journal of Public Administration**, Victoria, v. 69, p. 202-213, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8500.2010.00676.x>. Acesso em: 8 abr. 2025.

COLOMBO, Irineu Mario. Escola de Aprendizizes Artífices ou Escola de Aprendizizes e Artífices?. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e. 71886, p. 1-28, 2020. DOI: 10.1590/0104-4060.71886. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zXWJRxQDDnRGSDjhGzGr3FR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.



CRISTO, Fernando de; CANAN, Silva Regina. Análise de dados sobre docentes e técnicos administrativos em educação dos institutos federais. **CIS - Conjecturas Inter Studies**, [S. l.], v. 22, n. 17, p. 942-960, 2022. DOI: 10.53660/CONJ-1499-2Z73. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1499>. Acesso em: 11 jan. 2024.

GIAMBIAGI, Fabio. 18 anos de política fiscal no Brasil: 1991/2008. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 535-580, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/991/1003>. Acesso em: 28 maio 2024.

GOMES, José Weligton Félix *et al.* Efeitos fiscais e macroeconômicos da emenda constitucional do teto dos gastos (nº 95/2016). **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 893-920, 2020. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/5235>. Acesso em: 28 maio 2024.

GOODMAN, Doug; FRENCH, P. Edward; BATTAGLIO, R. Paul. Determinants of local government workforce planning. **The American Review of Public Administration**, Thousand Oaks, v. 45, p. 135-152, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0275074013486179>. Acesso em: 9 abr. 2025.

OLIVEIRA, Ivan dos Santos; ROTHEN, José Carlos. Educação profissional e tecnológica em destaque: análise de indicadores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 18, e92255, p. 1-25, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/92255>. Acesso em: 8 abr. 2025.

OTRANTO, Celia Regina; PAIVA, Liz Denize Carvalho. Contextos identitários dos Institutos Federais no Brasil: implicações da expansão da educação superior. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v. 6, n. 16, p. 7-20, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5703>. Acesso em: 9 abr. 2025.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jNpn6wfChvNj659nr4LLtGD/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2024.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf. Acesso em: 9 abr. 2025.

PERES, Ursula Dias; SANTOS, Fábio Pereira dos. Gasto público e desigualdade social: o orçamento do Governo Federal brasileiro entre 1995 e 2016. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 103, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tmTgwdLgwtqr5xstkzgwpwG/>. Acesso em: 28 maio 2024.

SERRANO, André Luiz Marques *et al.* Apresentação. In: SERRANO, André L. Marques *et al.* (org.). **Dimensionamento na administração pública federal: uma ferramenta do planejamento da força de trabalho**. Brasília: Enap, 2018. p. 7-9.



VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JUNIOR, Antonio. A educação profissional no Brasil. **Revista Interações**, Coimbra, v. 12, n. 40, p. 152-169, 2017. DOI: 10.25755/int.10691. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Recebido em: 28.05.2024

Revisado em: 07.04.2025

Aprovado em: 30.04.2025

Editora: Profa. Dra. Renata Marcilio Candido

Leopoldo Mateus da Silva Ribeiro é mestre em Políticas Públicas e Governo pela Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getulio Vargas (EPPG-FGV), onde também é professor.